

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0023596017/2024 - SAMA.NAD

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - A administração adquire bens móveis permanentes, que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades, bem como na prestação de serviços públicos à população, com o decurso do tempo, referidos bens deixam de ser úteis a administração, tornando-se inservíveis, seja pela ociosidade, irrecuperabilidade ou porque os custos para manutenção tornam o bem antieconômico.

1.2 - Por não mais servirem a finalidade para qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio público, razão pela qual ocorre o desfazimento destes bens, que tem por objetivo principal angariar recursos para a aquisição de novos bens permanentes, e a redução de custos administrativos para manutenção dos mesmos no acervo patrimonial, bem como desocupação de espaços onde esses bens estão armazenados.

1.3 - Além disso, essa contratação se faz necessária vez que foi se estabelecido que cada Secretaria gestora ficaria responsável pelo levantamento dos seus referidos bens inservíveis, razão pela qual esse processo foi autuado.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284, aprovada pelo Decreto nº 51.742/2022 (0015231852), possibilitou a exigência do Plano de Contratações Anual para o exercício de 2024:

2.2 - No Art. 9º. O Plano de Contratações Anual – PCA estabelece que poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

2.3 - No entanto, considerando que a redação da Instrução Normativa dispõe quanto à possibilidade, e não quanto a sua obrigação, o referido documento não foi exigido para o presente exercício.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 - Para a adequada satisfação da necessidade da administração pública, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1.1 - Devem atender as especificações para a alienação prevista no Termo de Referência;

3.2 - Os bens serão disputados em itens. Conforme especificado no Termo de Referência, terão valores iniciais mínimos, estabelecidos nos anexos e serão arrematados pelo maior lance oferecido,

podendo serem arrematados por pessoa física ou jurídica, desde que observados e obedecidos todos os demais critérios desta contratação.

3.2.1 - O município de Joinville, conforme previsão legal contida no artigo 6º, inciso XL, Art. 31, §2º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, não alienará os bens cujos lances ou ofertas não sejam iguais ou maiores do que o valor expresso no Termo de Referência;

3.3 - Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, os arrematantes e leiloeiro deverão observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

3.4 - No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021.

3.5 - Os demais requisitos específicos estarão dispostos no Termo de Referência.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se a avaliação pela comissão designada após a devida análise de itens que estavam armazenados como inservíveis e após análise técnica no que tange aos veículos e suas condições de manutenção.

4.2 - Para o levantamento das quantidades foram analisados e realizado levantamento junto às Unidades impactadas pela contratação.

4.3 - A quantidade estimada está demonstrada na tabela abaixo:

4.3.1 - Veículos:

BENS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA (0022038200)				
ITEM	LOTE	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Total de Itens
01	001	AUTOMOVEI - MARCA/MODELO VW/ GOL 1.0 GIV ANO 2010 - PLACA MHM9751 - BRANCA - ALCOOL/GASOLINA	unidade	1
02	002	AUTOMOVEI-MARCA/MODELO Fiat Ducato Maxicargo ANO 2013-PLACA MKX3398-BRANCA/DIESEL	unidade	1
BENS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE (0022038204)				
ITEM	LOTE	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Total de Itens
03	003	AUTOMOVEI-MARCA/MODELO VW/GOL SPECIAL ANO 2002-PLACA MCL 0932-BRANCA-GASOLINA	unidade	1
04	004	CAMINHÃO-MARCA/MODELO M. Benz/709 Carga Caminhão-ANO 1991-PLACA MAH 5646-BRANCA-DIESEL	unidade	1
05	005	CAMINHAO-MARCA/MODELO M BENZ/MB608-ANO 1986-PLACA MBF4789-AMARELO- DIESEL	unidade	1

4.3.2 - Sucatas:

SEI - 0022038211				
Item	Lote	Descrição	Unidade de medida	Total de Itens
06	006	SUCATA-MARCA/MODELO Lote de sucata de ferro misto	unidade	1
07	007	SUCATA-MARCA/MODELO Lote de sucata de ferro misto	unidade	1
08	008	SUCATA-MARCA/MODELO Lote de sucata de ferro misto	unidade	1
09	009	SUCATA-MARCA/MODELO Lote de sucata de ferro misto	unidade	1

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - Em se tratando de bens inservíveis à Administração, a melhor solução disponível no mercado para atender a necessidade vislumbrada é a alienação dos bens por meio de leilão.

5.2 - CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

5.2.1 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de Leilão para a alienação de bens inservíveis pertencentes ao município de Joinville, sendo bens da Secretaria de Meio Ambiente/Fundo Municipal do Meio Ambiente, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base levantamento preliminar de mercado/ o histórico de contratações anteriores e a demanda esperada.

6.2 - De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

6.3 - Considerando que em se tratando de leilão, haverá a disputa entre os interessados, sendo repassado para a Administração o valor conforme arrematação.

6.4 - No entanto, conforme avaliação prévia e orçamentos realizados em cooperativas e fornecedores que adquirem sucatas e ferro velho (Anexos SEI nº 0022038095, 0022038129, 0022038150, 0022038166) a mediana do valor estimado para o quilograma de "sucata de ferro" resultou em R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) e a "sucata de ferro misto" resultou em R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos), de forma que, para a presente contratação, considerando que o peso total dos itens estimado a serem leiloados é de 15.849kg, o valor estimado é de R\$ 11.886,75 (onze mil oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

6.5 - Além disso, no que tange a estimativa de preços dos veículos foi realizado Laudo Técnico individual bem como tendo a tabela FIPE de valor de mercado de cada um para embasamento do valor, resultando num total de R\$60.00,00 (sessenta mil reais), considerando o arredondamento do valor. Laudos técnicos individualizados estes, que estão presente no presente processo Anexos SEI 0022038200 e 0022038204.

6.6 - Portanto, por arredondamento, o valor de alienação ficou estimado em R\$70.000,00 (setenta mil reais)

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Após análise das soluções de mercado, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido, a realização de leilão dos inservíveis pertencentes à Secretaria de Meio Ambiente/Fundo Municipal do Meio Ambiente.

7.1.2 - No caso, busca-se o aproveitamento de recursos com a alienação dos bens, os quais não possuem mais usabilidade para a Administração, estando totalmente inoperantes e inservíveis.

7.1.3 - Desta forma, a melhor solução para atendimento ao interesse público é o desfazimento destes bens, que hoje se acumulam nos depósitos da Administração Pública, muitas vezes, gerando custos de armazenamento e possíveis criadouros de pragas e arbovíroses.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - É tecnicamente e economicamente viável dividir o leilão, sendo que não haverá a perda de economia de escala pela divisão, e ainda, haverá o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução.

8.2 - O leilão será dividido em itens e lotes de acordo o Termo de Referência, presente nesse processo.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - Com a presente contratação busca-se o melhor aproveitamento dos recursos físicos disponíveis, possibilitando a otimização das atividades dos servidores municipais, pois haverá liberação de espaço dos depósitos e locais onde esses inservíveis estão armazenados, possibilitando melhor logística entre as Unidades internas da Secretaria de Meio Ambiente.

9.2 - Contudo, os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se o aproveitamento de recursos com a alienação dos bens, os quais não possuem mais usabilidade para a Administração, estando totalmente inoperantes e inservíveis.

9.3 - Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados à formatação da contratação.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiência e conhecimento acerca dos serviços a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2 - Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes, nem a existência de contratos e atas de registro de preços com objetos semelhante em andamento em Consórcios que o município aderiu.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 - Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constatarem-se os seguintes riscos:

Nível 02: Possibilidade de ocorrência de leilão sem interessados que poderia ter como causa o valor não ser atrativo para possíveis arrematantes.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência o não recebimento dos valores decorrentes da alienação e a continuidade dos bens inservíveis em depósito da Administração, gerando custos de armazenamento e possíveis criadouros de pragas e arbovíroses;

- Nível 5: Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) **avaliação de riscos** - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como **Alto**

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) **tratamento de riscos** - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta **mitigar**, proceder à avaliação criteriosa dos bens, evitando que o valor não seja atrativo para possíveis arrematantes.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

14.1 - Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		Curto
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		Moderado
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		Ausência de interessados
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		Sim

14.2 - Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento conclui que a melhor solução, descrita no presente Estudo Técnico Preliminar, é o desfazimento destes bens, através da alienação dos bens por meio de leilão, objeto desta

contratação. Considerando que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público, considerando que os bens inservíveis serão convertidos em pecúnia.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Alves Peroni, Coordenador(a)**, em 19/11/2024, às 11:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Valfrido Julio, Coordenador(a)**, em 19/11/2024, às 11:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 19/11/2024, às 15:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023596017** e o código CRC **8B5F2C0D**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.164755-9

0023596017v3